



ACÓRDÃO Nº868/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

- 1- **Processo TCE - AM nº 11612/2019.**
- 2- **Assunto:** Prestação de Contas Anual.
- 3- **Órgão:** Polícia Civil do Estado do Amazonas.
- 4- **Exercício:** 2018.
- 5- **Responsável:** Mariolino Brito dos Santos (Ordenador de Despesa), Frederico de Sousa Marinho Mendes (Ordenador de Despesa).
- 6- **Advogado:** Não possui.
- 7- **Unidade Técnica:** DICAD.
- 8- **Pronunciamento do Ministério Público junto ao Tribunal de Contas:** Parecer nº 2564/2021-DMP, Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora de Contas.
- 9- **Relator:** Conselheiro Julio Cabral.

EMENTA: Prestação de Contas Anual. Polícia Civil do Estado do Amazonas. Exercício de 2018.

Regularidade com ressalvas. Recomendação. Quitação.

10- ACÓRDÃO:

Vistos, relatados e discutidos estes autos acima identificados, **ACORDAM** os Excelentíssimos Senhores Conselheiros do Tribunal de Contas do Estado do Amazonas, reunidos em Sessão do **Tribunal Pleno**, no exercício da competência atribuída pelos arts. 5º, II e 11, inciso III, alínea “a”, item 3, da Resolução n. 04/2002-TCE/AM, **à unanimidade**, nos termos do voto do Excelentíssimo Senhor Conselheiro-Relator, **em consonância** com pronunciamento do Ministério Público junto a este Tribunal, no sentido de:

10.1. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da Polícia Civil do Estado do Amazonas, exercício de 2018, sob responsabilidade do Sr. **Mariolino Brito dos Santos** - gestor e ordenador de despesas, no período de 01.01.a 10.09.2018, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 188, § 1º inciso II, da Resolução nº 04/2002;

10.2. Julgar regular com ressalvas a Prestação de Contas da Polícia Civil do Estado do Amazonas, exercício de 2018, sob responsabilidade do Sr. **Frederico de Sousa Marinho Mendes** - gestor e ordenador de despesas, no período de 10.09.a 31.12.2018, nos termos do art. 22, inciso II, da Lei nº 2.423/1996 c/c art. 188, § 1º inciso II, da Resolução nº 04/2002;

10.3. Recomendar à atual administração da **Polícia Civil do Estado do Amazonas**, para que tome as seguintes providências:

10.3.1. À implantação do Controle Interno, de acordo com o art. 74 caput, incisos I a IV e § 1º, da CF/88, c/c art. 76 da Lei 4.320/64;



Estado do Amazonas
TRIBUNAL DE CONTAS

Pág. 2

ACÓRDÃO Nº868/2021 – TCE – TRIBUNAL PLENO

10.3.2. Observe com mais rigor, quando houver mais de um gestor no mesmo exercício, deverá ser observado os gastos já realizados anteriormente para compra de materiais e/ou a contratação de serviços, sem licitação, para a mesma natureza de despesa, conforme Incisos I e II do art. 24 da Lei 8.666/1993;

10.4. Dar quitação:

10.4.1. ao Sr. **Mariolino Brito dos Santos** - Gestor e Ordenador de Despesas da Polícia Civil do Estado do Amazonas no período de 01/01/2018 a 31/12/2018, com fulcro no art. 24 da Lei 2423/96;

10.4.2. ao Sr. **Frederico de Souza Marinho Mendes** - Gestor e Ordenador de Despesas da Polícia Civil do Estado do Amazonas no período de 10/09/2018 a 22/01/2018, com fulcro no art. 24 da Lei 2423/96.

11- Ata: 28ª Sessão Ordinária – Tribunal Pleno.

12- Data da Sessão: 19 de Agosto de 2021.

13- Especificação do quorum: Conselheiros: Mario Manoel Coelho de Mello (Presidente), Julio Cabral, Júlio Assis Corrêa Pinheiro, Érico Xavier Desterro e Silva, Ari Jorge Moutinho da Costa Júnior, Yara Amazônia Lins Rodrigues dos Santos e Josué Cláudio de Souza Neto.

14- Representante do Ministério Público de Contas: Dra. Elissandra Monteiro Freire Alvares, Procuradora-Geral, em substituição.

MARIO MANOEL COELHO DE MELLO

Conselheiro-Presidente

JULIO CABRAL

Conselheiro Relator

ELISSANDRA MONTEIRO FREIRE ALVARES

Procuradora-Geral, em substituição